

DILEMAS NAS (RE)ESTRUTURAÇÕES DAS METRÓPOLES

DILEMAS EN LAS (RE)ESTRUCTURACIONES DE LAS METROPOLIS

DILEMAS IN (RE)STRUCTURING BRAZILIAN METROPOLES

Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Correio eletrônico: serrot@elogica.com.br

Resumo: O título deste trabalho utiliza o termo “reestruturação”. Reside nesse “estruturar de novo, uma evidência disciplinar sempre renovada e sempre esquecida: cada época tem, de tempos em tempos, necessidade de se pensar, ou pelo menos aqueles que por profissão produzem idéias têm necessidade de pensar sua época, como radicalmente nova. Estamos sempre face ao “sem precedente”. Uma ilustração realçada deste processo é sua associação com a crise urbana, atrelada a crise econômica. É hora de revisitar nossos paradigmas, a fim traduzir a ordem escondida sob a desordem urbana e pedir uma intervenção conscienciosa da sociedade no “curso do natural das coisas” nos espaços urbanos. Espaços que, de acordo com SANTOS (1998) apreendem dois processos que acontecem juntos: I) um vertical, que vêm de uma ordem externa e se impõe no plano local, e, II) um processo horizontal - a lógica da vida social, aquela que contém a particularidade da cultura e dos espaços. Processos esses, relacionados através da esfera do consumo. Assim, este esforço de repensar nossa sociedade atual comporta o interesse em ler algumas evidências nos movimentos de reestruturação das metrópoles brasileiras.

Palavras-chave: (Re)estruturação, Metrópoles, Sustentabilidade.

Resumen: El título de este trabajo usa el término “reestructuración”. Sucede en esse “estructurar de lo nuevo, una evidencia disciplinar siempre renovada y siempre olvidada: cada época tiene, de tiempo en tiempo, necesidad de pensarse, o por lo menos aquellos que por profesión producen ideas tienen necesidad de pensar su época, como radicalmente nueva” (Foucault,1997). Una ilustración realizada de este proceso es su conexión con el urbano una crisis económica. Es hora de revisitar nuestros paradigmas según nuestras preocupaciones con la súplica contemporánea alrededor del ambiente, para traducir la orden ocultada bajo desorden urbano y solicitar una intervención concienzuda de la sociedad en el curso del natural de cosas. en espacios urbanos. Espacios que, según (SANTOS 1998) dos procesos del asimiento de que suceden juntos: I) vertical - históricamente, ha conducido las ciudades al development., privilegiando programas de los transportes, ecológicos o de cubierta, por lo menos financiero o manejando las agendas, que empiezan con capital y actúan en la estructura social y espacial de ciudades; II) un proceso horizontal - la lógica de la vida social, de que contiene la particularidad de la cultura y de los espacios, relacionada con la otra a través de la consumición de la sociedad. Así, este esfuerzo de repensar nuestra sociedad actual utiliza el interés en la lectura de los movimientos de la reestructuración de la metrópoli brasileña

Palabras- Claves: (Re)estructuraciones, Metropolis, Sustentabilidad.

Abstract: The heading of this work uses the term “re-structuring”, meaning the review of evidences that even though are always renewed, has been forgotten: from time to time, each new

Terra Livre	São Paulo	Ano 18 , vol. I, n. 18	p. 133 - 142	JAN.-JUN./ 2.002
-------------	-----------	------------------------	--------------	------------------

age demands, at least to those that produce ideas, the need of thinking its meaning as radically “new” (Foucault, 1997). An enhanced illustration of this process is its connection with the urban and economic crisis. It is time to revisit our paradigms according to our concerns with the contemporary appeal around environment, in order to translate the hidden order under the urban disorder and to request a conscientious intervention of society on the “natural course of things” in urban spaces. Spaces that, according to SANTOS (1998) hold two processes that happen together: I) a vertical one - historically, has led the cities to “development”, privileging transports, ecological or housing programs, at least financial or managing agendas, that start from capital and act on social and spatial structure of cities; II) a horizontal process - the logic of social life, that contains the particularity of culture and spaces, related to the other one through society’ consumption. Thus, this effort to rethink our current age supports the interest in reading the movements of re-structuring of Brazilian metropolis.

Key words: (Re)structuring, Metropolis, Sustainability.

Introdução

O título deste trabalho utiliza o termo “reestruturação”. Reside nesse “estruturar de novo, uma evidência disciplinar sempre renovada e sempre esquecida: cada época tem, de tempos em tempos, necessidade de se pensar, ou pelo menos aqueles que por profissão produzem idéias têm necessidade de pensar sua época, como radicalmente nova” (Foucault, 1997).

Sentimos sempre a necessidade de nos reafirmarmos em nossas impotências com a constatação de que estamos face a face com o “sem precedente”. Uma ilustração realçada deste processo é sua associação com a crise urbana, atrelada a crise econômica. Esses fenômenos não são novos, historicamente eles se repetem. Especialmente no concernente ao eterno retorno ao modelo de cidades idealizadas¹ frente às cidades sensíveis, reais.

Ao lado disso, emergem sempre novos lemas e bandeiras que, sob novos apelos guardam velhos conteúdos e desafios. Na atualidade é trabalhada a bandeira da Agenda 21, assim como muitos se aglutinaram em torno dos transportes, da energia, do planejamento familiar, da industrialização. Enfim, ciclicamente reinventamos velhas novidades para falsos novos desafios.

Uma ordem de coisas e processos que conhecemos se desfazem ou tentamos destituí-las, negá-las ou reformatá-las sem que o esboço do que lhe deve suceder já sejam legíveis e tão pouco, sem maiores reflexões acerca das bases sobre as quais elas ocorreram. Nesse horizonte, Topalov (Saberes sobre a cidade: tempos de crise? 1991) e Edgar Morin (na discussão sobre natureza e método) já diziam que a afirmativa da vida em crise permanente e sempre anacrônica não é de todo inadequada.

Nossos paradigmas disciplinares se edificaram sobre uma base comum onde o projeto progressista de racionalização não comporta o senso comum, o idealizado impede o reconhecimento das co-existências e bloqueia as possibilidades de outras construções. Está na hora de revisitarmos nossos paradigmas à luz de nossas preocupações com o apelo ainda contemporâneo internacional e globalitário da ameaça da nossa sobrevivência pelos riscos da má gestão de nossos hábitos, em especial nos espaços urbanos, frente ao esgotamento da base ambiental físico-natural.

¹ “Em *La ville radiense*, publicado em 1933 e destinado a tornar-se o evangelho do modernismo urbanismo, Lê Corbusier proferiu uma sentença de morte contra as cidades existentes – refugio podre de história rebelde, descuidada, infeliz e urbanisticamente ignorante. (...) As deficiências das cidades existentes eram numerosas demais para que valesse a pena a retificação de cada uma delas em separado, como recursos que exigira. (...) *La ville radiense* apresenta os princípios que devem guiar a construção das cidades futuras, focalizando os exemplos de Paris (impenitente, apesar da bravata do barão de Haussmann), Buenos Aires e Rio de Janeiro, os três projetos partem do zero, atendendo às regras da harmonia estética e à lógica impessoal da divisão funcional”. BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 49.

Está nessa “tábua” da “sustentabilidade ambiental” a possibilidade de se decifrar a ordem escondida sob a falsa idéia de desordem urbano-ambiental. Usando os argumentos dessa solidária preocupação é possível criar condições de legibilidade para promover ou pelo menos, não impedir uma intervenção consciente da sociedade sobre o curso “natural das coisas” no espaço urbano das nossas cidades. Essa é uma “brecha” para reverter o quadro da estratégia de dominação² vigente nos espaços.

Espaços que, segundo Milton Santos, comportam duas lógicas que se dão conjuntamente: i) uma lógica vertical e; ii) uma lógica horizontal. (1988)

Por lógica vertical entende-se o conjunto habilmente construído que interfere na cidade de cima para baixo, segundo um modelo de linearidade histórica. Como se todas as cidades deveriam estar submetidas a mesmas fases de forma e conteúdo, com suas propostas de intervenções indistintamente. Onde, os interesses das elites dos espaços mais desenvolvidos no sistema capitalista vigente, transformam os “outros” em meras mercadorias e consumidores assimiláveis na rede urbana, sempre aperfeiçoada. E, no quadro de planejamento sempre atendendo aos interesses de agendamentos internacionais financeiros, administrativos e gestores que partem do capital e incidem na estrutura sócio-espacial, criando necessidades de consumo numa espiral inercial.

Em movimentos de contraposição e/ou de adesão a essa lógica, situa-se a lógica horizontal, essa, como sendo herança da cultura e das especificidades sócio-espaciais que guardam cotidianos e tradições. Lógica que representa a possibilidade de resistência dos espaços à massificação e “pasteurização” da ordem vertical imposta. Mas também a lógica horizontal guarda possibilidades de suas metamorfoses em adesões mesmo que parciais, porém férteis e profícuas a essa lógica vertical. É também o espaço da lógica da vida, a lógica dos acidentes culturais e das singularidades sócio-espaciais, das diferenças, essa lógica horizontal vem de baixo para cima. É o espaço das necessidades básicas e instrumentais dos indivíduos, no sentido do Amartya Sen (1999).

O relacionamento entre essas duas lógicas é realizado através da esfera do consumo. As redes de circulação da produção e da promoção do consumo assumem velocidades e refinamentos crescentes. Onde, cada vez mais são criadas “necessidades” de consumo para o estreitamento dessas relações. Há um esforço contínuo desse elo de consumo que reabastece a globalização. O descompasso se dá pelo não fornecimento em igual velocidade das condições para a acessibilidade a essas necessidades criadas e instituídas como universais.

Há um aprisionamento nessa teia constituída pelo desprovisionamento das condições da liberdade para o exercício do atendimento das necessidades. O mundo do trabalho das necessidades criadas já não comporta todos os segmentos sociais de uma das lógicas, a lógica horizontal³. Excluídos desses acessos, alguns segmentos se esforçam para o atendimento de suas necessidades básicas para continuarem na disputa pela possibilidade de acesso às necessidades criadas. As necessidades instrumentais são utilizadas nos estertores das suas forças para garantir o atendimento a essas necessidades básicas, para, pelo menos funcionarem como coadjuvantes do processo⁴.

Outros segmentos continuam incessantemente a requisitarem novos artefatos que se enquadrem nessas necessidades criadas para, justificarem a permanência no processo vivenciado. Algu-

² “Lembremos mais uma vez o que Michael Cozier assinalou muitos anos atrás no seu pioneiro estudo sobre O fenômeno burocrático” toda dominação consiste na busca de uma estratégia essencialmente semelhante – deixar a máxima liberdade de manobra ao dominante e impor ao mesmo tempo as restrições mais estreitas possíveis a liberdade de decisão do dominado”. BAUMAN, Zygmunt, 1999. p. 77.

³ Com a velocidade geral de movimento ganhando impulso – com a compressão de tempo/espaço enquanto tais, como assinala David Harvey – alguns objetos movem-se mais rápido que outros”. Ibidem, p. 63.

⁴ “As quase soberanias, as divisões territoriais e a segregação de identidades promovidas e transformadas num must pela globalização dos mercados e da informação não refletem uma diversidade de parceiros iguais. O que é opção livre para alguns se abatem sobre outros como destino cruel”. BAUMAN, Zygmunt, 1999. p. 78.

mas parcelas que constituem as elites econômicas de espaços situados em países de economias deprimidas ou dissonantes ao modelo vigente (terceiro mundo), tornam-se assim, consumidores mais-que-perfeitos. Elas tentam se antecipar às modas para legitimações de suas condições.

Resta a uma parcela dos segmentos da sociedade cujas necessidades básicas e instrumentais foram saciadas, num nível que permite aceder ao estatuto do exercício da cidadania, a condição de colocar em evidência que a crise vivida é sempre renovada e que nenhuma forma de globalização é inteiramente nova. A esse segmento é facultado o espaço como condição para a construção de uma sociedade autônoma, com autonomia social para os indivíduos que a constituem⁵.

Assim como a inospitalidade⁶, a inadequação ou defasagem dos arquétipos urbanos que marcam o quadro das metrópoles não é decididamente nova. As hordas que marcam o cotidiano com as violências injustificáveis nas grandes cidades são explicadas historicamente pelos marcos vivenciados pela humanidade.

De tempos em tempos o esgotamento dá lugar aos excessos e a perdas progressivas. Os espaços urbanos se tornam campo de batalha de uma incessante guerra espacial, onde a extraterritorialidade das elites é traduzida por formas de isolamento (guetos e condomínios de luxo) e ciberespaço em confronto com habitantes desprezados e despojados do poder das áreas usurpadas e pressionadas, respondem com agressões próprias. A insustentabilidade das estruturas apoiadas nas duas lógicas citadas é continuamente desafiada. O fio que impede o esgarçamento total do tecido socioeconômico político e cultural, através da subversão plena da lógica horizontal pela lógica vertical é o território e a idéia de pertencimento a ele, através do rebatimento de práticas calcadas na sentinela crítica de segmentos da sociedade.

Cabe a esse segmento social que por profissão produzem idéias e aqueles que saciados ou não têm necessidade de pensar sua época, para fazê-la diferente, senão melhor do que as que antecederam a sua história, o compromisso de promover ações e desenvolverem práticas novas. O fatalismo da ordem linear tem que ser superado (Benjamin,1987)

A reestruturação inercial dos espaços urbanos ou o jogo das lógicas

A existência de cada cidade tem uma lógica e uma fundamentação histórico-cultural própria que, a despeito de inexoravelmente articulada com as demais, seja internamente no nível específico de análise considerado – local, regional, nacional – seja no nível global, subsistem sob a forma de seu patrimônio (cultural, físico-natural, social, econômico e político), subvertendo tentativas hegemônicas da imposição de um roteiro de qualidade universal.

É neste esforço que se situam os desafios para novas leituras dos movimentos de reestruturação das metrópoles. Essas estruturas passam por escolhas do que se quer resgatar ao lado do que se quer impor como novo. O que se quer sustentar e o que não se quer sustentar. E antes de tudo, de que sustentabilidade possível se trata frente às assimetrias da natureza extraterritorial do poder (que, desenraizado é livre para se mudar a seu bel prazer, e, para explorar e abandonar às conseqüências dessa exploração, e a contínua territorialidade da “vida como um todo”).

⁵“Igualdade’ e comensurabilidade dos trabalhos ‘econômicos’ deverão ser instituídas por uma sociedade autônoma como instrumentos de sua instituição, para destronar o econômico e a hierarquia, tornar seu funcionamento mais inteligível para todos, facilitar uma outra *paideia* dos indivíduos”. CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 418.

⁶ Acerca da discussão sobre o caráter hospitaleiro ou não que é criado nas cidades, quer psicológico que social, bem como o ambiente que criamos com nossas práticas, sugiro a leitura das idéias de um psiquiatra alemão e crítico do cotidiano das cidades em especial essa obra de quase 40 anos atrás. MITSHCERLICH, Alexander. Die Umwirllichkeit unsere Städte. Anstiftung zum Unfrieden. Frankfurt: Suhrkamp Verlag KG, 1965.

Uma sustentabilidade que não é só do ambiente e dos recursos físico-naturais, mas também e principalmente do tecido social, das vertentes políticas e das construções culturais. Das heranças legítimas e das bastardas, das diacrônicas e das contemporâneas assemelhadas. Tudo isso, considerando a lógica vertical e a dimensão da escala geográfica da intervenção, no mito da globalização. (Batista,1999)

“É preciso, contudo, resguardar-se contra a carga de fantasia e mitologia construída a partir desses fenômenos reais. Há uma tendência bastante generalizada a exagerar o alcance dos fatos que servem de base à retórica da globalização. O processo de internacionalização em curso nas últimas décadas não é nem tão abrangente e nem tão novo quanto sugerem os arautos da ‘globalização’. Também não tem o caráter inexorável e irreversível que se lhe atribui com tanta frequência”. (Batista,1999)

Entre os espaços seletivos têm sido privilegiados pontos de investimentos, pontos que se ligam em redes, não existe mais investimento regional, regiões político administrativas, regiões metropolitanas. Seções do espaço são demarcadas, remodeladas, e visualizadas em imagens e representações cartográficas. Pontos coloridos se articulam com outros igualmente coloridos, e, necessariamente não contíguos, vizinhos. Redes são desenhadas visíveis, tangíveis, flexíveis ou não, indiferentemente a outras redes que se superpõem, são aniquiladas ou capturadas.

Antigamente eram os mapas que refletiam ou buscavam rigorosamente refletir os espaços com suas características, suas especificidades e formas (Ucar,1997). Na atualidade os espaços têm que refletir os esboços contidos nas cartas, nos planos. Eles têm que estar à altura da ordenada forma e a organizada dinâmica que as cartas primam por atingir. O próprio espaço tem que ser encaixado no desenho dos mapas à sua semelhança.

É nesse contexto que as reestruturações urbanas das metrópoles vêm sendo ao longo do tempo conduzidas, principalmente nos países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos, numa classificação coerente ao sistema capitalista vigente. O modelo é exógeno vindo da escala global, e, como dito, trata-se de um velho conhecido na história das dominações, levando alguns autores a apontarem-no como expressão de neocolonista⁷.

Em nome da salvação do planeta, protocolos são firmados e encontros internacionais promovidos, impactando sobremaneira os espaços urbanos. O filtro pretensamente aglutinador dessas interpretações repousa na atualidade sob o discurso da ética globalitária para as questões ambientais, pela proteção dos recursos naturais, entre outros aspectos, conforme acenam os grandes protocolos de intenções firmados na UNICED 92, Habitat 2⁸, em meio a tantos eventos internacionais, com especial destaque para a Agenda 21.

O modelo é imposto nos moldes lineares das fases do crescimento das cidades, onde o critério quantitativo era sinônimo de crescimento e destaque (Gomes, 2001). É como se todas as cidades devessem padecer das mesmas mazelas, como destino inexorável o modelo não dialoga com a escala local enquanto totalidade, tão somente com partes seletivas.

⁷ Como lembra o historiador Marc Ferro, esse antigo processo de internacionalização e de criação de um mercado de alcance mundial foi lançado pela colonização, tendo resultado em ampliação das desigualdades entre os países colonizadores e os demais. (...) Caberia até indagar se a chamada globalização não seria a continuação da colonização por outros meios. E se o entusiasmo que suscita em muitos círculos, não só no Brasil, como em outros países da periferia subdesenvolvida, não seria um reflexo atávico da mentalidade colonial.”BATISTA Jr. Paulo Nogueira, Idem. p.12.

⁸HABITAT 2 - Conferência mundial convocada pela ONU para discutir a urbanização no mundo. Objetivo principal da Habitat 2: O desafio é apresentar sugestões para criação de infra-estrutura de saneamento, assistência médica, moradia e emprego suficiente para garantir um padrão mínimo de qualidade de vida aos moradores.No final da conferência os países vão assinar um documento comprometendo-se a colocar em prática o que foi definido durante a conferência.

Dentre as políticas públicas de ajustamentos com grande repercussão sobre o urbano, destaquei aqui a “ética globalitária”. Essas ingerências que compõem políticas são alimentadas por atores, como WWF (Fundo Mundial para a Natureza), UICN (Banco Mundial pela Natureza), Bretton Woods, e o banco mundial, particularmente, além de outras organizações, inclusive não governamentais, que, a despeito de clivagens ideológicas profundas se reúnem em torno dos mesmos espaços geopolíticos e culturais sob a forma de grandes projetos

Na perspectiva desse modelo, as inadequações ou “desrespeito” pela lógica horizontal local às intervenções das ordens distantes são interpretadas como “deformações” e resiliências culturais. Coerentes com esse modelo, o planejamento e os planos propostos estão sintonizados, invariavelmente, com a ordem distante dessas orientações e agendamentos globais e negligenciam a ordem próxima (Lefèbvre, 1969).

Como se comportar frente a esses novos desenhos - especialmente os conteúdos e processos dos mapas urbanos - as buscas para reestruturação das metrópoles?

São inúmeras as possibilidades de análise desse tema, como já foi aventado. Este trabalho privilegia algumas reflexões que se pautam pela: i) tendência do fenômeno sócio-econômico da flexibilização e seu rebatimento no espaço; ii) fragmentação do tecido social pela ampliação das desigualdades sociais; iii) questão da qualificação sócio-espacial como possibilidade; iv) a desmetropolização relativa; e; v) as escalas intraurbanas de análise e as formas de mobilização da sociedade, visando à busca de nexos entre espaços seletivos e espaços perplexos.

Não há muita dúvida que, no futuro, a expansão do desenvolvimento regional metropolitana ocorrerá nas áreas fora da jurisdição municipal este movimento é anterior às tendências existentes.¹⁰

A tendência pós-fordista é esboçada pelo novo papel da economia domiciliar de um lado, que torna obsoleto o conceito de subúrbio como cidade-dormitório e alimentará forças de desconcentração da expansão metropolitana implicando: aumento de fluxos de tráfegos, com excessos em alguns pontos; necessidades de serviços especializados nos subúrbios... o segundo circuito imobiliário. Essas mudanças pós-fordistas da flexibilização não implicam necessariamente em novas formas espaciais nas meso e macro-escalas. Afinal, sob a forma de manchas ou zonas essa seletividade espacial sempre existiu. No entanto, ela fica mais forte em termos de articulação seletiva entre si, em espaços na estrutura de redes que subvertem as lógicas espaciais contíguas.

Existe uma hiperindustrialização de serviços, aguçada pela crise econômica e pela retração num mundo do emprego. Assim esse circuito de serviços de apoio e de suporte à circulação de produtos assume expressão muito forte. Ocorre um maior número de pequenas empresas, e por sua vez, empresas que superexploram a mão de obra não habilitada, não formatada.

A crise leva a proliferação do circuito inferior da economia se estendo para a informalidade ilícita com serviços de apoio à circulação marginal de produtos, narcotráfico, tráfico de influência, e demais formas de violência como seqüestros e outras formas do banditismo contemporâneo.

⁹ Dans une interview parue dans *global Ecology*, ouvrage publié sous la direction de Wolfgang Sachs, Guy Beney nous met en garde contre les dangers du “global” en tant qu’“instrument de domination. Il s’agit d’une perspective qui élargit la problématique des rapports que les sociétés entretiennent avec leur environnement vers celle de la relation du genre humain avec la biosphère. Cette perspective valorise le rôle des ‘experts’ et des techniciens au détriment des politiques, prône la soumission de l’humanisme universel ou des spécificités culturelles aux impératifs du globalisme écologique et confie à la biologie le rôle du savoir, clé apte à résoudre tous les problèmes de l’humanité”. SABELLI, Fabrizio. “L’éthique globalitaire et l’esprit du nouveau colonialisme.” In SABELLI, Fabrizio (org) *Écologie contre nature*, Paris: PUF Cahiers de L’IUED, 1995. p. 17-1

¹⁰ Ainda tem sentido falar de região metropolitana? E a socialização dos problemas sócio-ambientais e econômicos para além dos limites metropolitanos: Princípios básicos do desenvolvimento sustentável: equidade; justiça social; responsabilidade fronteiriça. In: Haughton & Hunter, “sustainable cities”, 1994

Tudo isso acompanhado de uma crise do desenvolvimento desigual com o abortamento de medidas e intenções no campo da engenharia social, frente aos excluídos. Para garantir o padrão da cidade dos indivíduos equilibrados entre as duas lógicas verticais e horizontais, e, particularmente aqueles detentores das extraterritorialidades, o estado investe na polícia e na segurança.

No plano específico das cidades - metrópoles, a gentrificação dos espaços leva a uma segregação, entre as medidas de renovação, revitalização e os dilemas de usadores versus usuários dos seus espaços. disneyficação versus requalificação cultural. A qualificação é o dilema onde se encerram as grandes decisões da nova estrutura flexibilizada das metrópoles: espacial, social e ético-cultural.

A cultura é a senha prestigiosa, a nova grife do mundo fashion urbano. É em seu nome que afluem os planos estratégicos que garantam novos aportes de capital através do empresarismo urbano em que se transformaram os planos que visam reforçar a seletividade espacial e o controle das territorialidades urbanas.

Através de projetos de revitalização, requalificação, reabilitação, reciclagem, enfim se escamoteia o real interesse em trazer de volta aos bairros centrais das cidades as populações com maior poder aquisitivo ou afluentes.

Otília Arantes sugere que nessas designações residem eufemismos para o termo gentrificação e todo o seu contexto seletivo de classe social. “Como estou dando a entender que o planejamento, dito estratégico, pode não ser mais que um outro eufemismo para gentrificação, sem no entanto afirmar que sejam a mesma coisa – quem sabe a sua apoteose: uma cidade estrategicamente planejada de A a Z nada mais seria, enfim, do que uma cidade inteiramente gentrificada (2000)”.

Por outro lado, quanto ao caráter espacial da hiperflexibilização no quadro interno dos espaços urbanos, que somos protagonistas do espaço liminar na contemporaneidade. (Zukin, 2000). O espaço liminar é o espaço que contém misturas de histórias e de funções e, que deixa o usuário a “meio caminho” entre instituições: Lugares lucrativos com não lucrativos, casa com espaço de trabalho, residência com comércio, resultantes entre outros aspectos da globalização do investimento e da produção, da abstração contínua do valor cultural em relação ao trabalho material e a mudança do significado social – que era extraído da produção e hoje deriva do consumo.

Isso decorre, segundo Hirsch, 1985, e Roobeek, 1986 dentre outros, dos seguintes fatores;

- a)** Uma nova base tecnológica com uma nova divisão do trabalho; dividindo trabalhadores qualificados e não qualificados, e a uma marginalização e fragmentação social massiva das condições de trabalho e de relações salariais.
- b)** Hirperindustrialização dos serviços;
- c)** Desatrelamento da correspondência fordista entre a remuneração e a produtividade, mudando a relação entre trabalhadores e capitalistas, e reduzindo a escala da intervenção governamental.
- d)** Penetração das relações capitalistas em todos os setores da sociedade.
- e)** A pluralização de estilos de vida, em função de mudanças na força de trabalho e refletindo disparidades gritantes entre pobres e ricos, maior incerteza de emprego e diferenças extremas nos níveis de consumo. Institucionalização de formas flexibilizadas de produção; trabalhadores que serão treinados para tarefas específicas e diminuição do poder sindical.

Outra característica apontada por é a expansão do setor informal da economia. Isso muda a natureza dos domicílios que passam de unidades de consumo para unidades que combinam consumo e produção. Surge, portanto, um novo tipo de trabalhador, inclusive empregado, cujo

trabalho não se concentra num lugar e ao qual não se aplicam condições homogêneas de trabalho, senão como tipicamente individualizado e fragmentado.

Reflexões Finais

Faz falta a proposição de um pacto territorial estrutural, representando um conjunto de propostas visando a um uso do território coerente com um projeto de cidade e cidadania. Ele deve contemplar como parte essencial a idéia de projeto de nação, na construção ou arranjo de paradigmas para os desafios urbanos no nível de complexidade vivido.

O Território continua a ser usado como palco de ações isoladas e de interesse conflitante de atores isolados. A idéia é se ter um planejamento estratégico, outro que não o atual¹¹, no qual as realidades locais sejam um ponto de partida para o raciocínio dos administradores e não apenas, o lugar de ações desencontradas e, por isso mesmo, estruturalmente ineficazes. Ou onde o desejo quer se impor como perfeição à revelia da realidade encontrada.

Faz-se necessário para a geografização da cidadania: o direito territorial (O cidadão é indivíduo num lugar); o direito cultural e do entorno e, para tal, a mobilização de inteligências visando trabalhar os níveis territoriais e as escalas da ação.

Só através dessa mobilização pode-se fazer frente ao esboço de falso consenso que sustenta o *status quo*. Onde, as críticas ao modelo de gestão e o distanciamento do planejamento só reforçam as tendências das crises e de ampliação das desigualdades no tecido urbano das cidades, mas estão paralisadas pela inabilidade no combate a renovação do mesmo.

Ao segmento das necessidades básicas supridas cabe o ônus da condução das bases para o suprimento das necessidades instrumentais de co-existências dignas, voltadas para a cidadania.

Afinal, como afirma Maricato: “A construção de uma nova matriz passa pela eliminação da distância entre planejamento urbano e gestão. (...) ela passa também pela desconstrução das representações dominantes sobre a cidade. Essa nova matriz carece de uma nova abordagem do todo, que não esgote o espaço dos planos locais e das decisões participativas descentralizadas” (2000).

Sugestões para agendas como processo e segundo escalas:

1 -Escalas espaciais

1.1 âmbito nacional regional e interurbano

- a) Reinserção de temáticas regionais urbanas – manchas urbanas plurimunicipais, reivindicam estudos próprios;
- b) Ressurgência de estudos sobre cidades médias e sua hierarquia dentro do que seriam os novos indicadores (IQV, IDH, n. leitos, n.alunos, n. escolas/ habitante?) cidades médias medianas, cidades médias pequenas...
- c) Propostas de alternativas para integração dos espaços seletivos gerados pela rede do capital, aos espaços perplexos para compreensão da dinâmica urbana (estudo por eixos viários intermunicipais, regionais, .)

1.2 Escala intraurbana

- a) Considerando a forte indução imobiliária gerada pelo sistema viário que marca décadas na definição da estrutura urbana – Resgatar o estudo da dinâmica segundo eixos viários. Eles são os fluxos mais visíveis da articulação dos territórios.

¹¹ O atual contempla a cidade não como lugar de negócios, mas sim para negócios, cidade como máquina de crescimento, onde persistem coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e derivados e uma legião de profissionais caudatários de um largo arco de negócios decorrentes.

b) Implementação de fóruns e estudos da cidade segundo debates conduzidos a partir de animadores em microrregionalizações, ou divisões mais parcelares da cidade, identificando as territorialidades existentes e suas escalas temporais. Criação de espaço de debates democráticos com reconhecimento e enfrentamento dos conflitos

c) Estímulos à formação de Conselhos Urbanos Municipais, Conselhos sócio-ambientais; Planejamento da cidade segundo esses diagnósticos e indicativos prioritizados, agenda de ações locais, que podem até gerar Planos diretores, com destaque para:

- Criação de serviço especial de fiscalização do uso e ocupação do solo;
- Enfoque integrado das ações sociais, ambientais e econômicas; mediação entre natureza e artefato!
- definição sobre o que se quer de natureza na cidade. a floresta é um resquício, os rios são outros, canalizados....
- Detalhamento de planos executivos, específicos, das prioridades em suas especificidades e possibilidades, a través de pequenas ações, regionalizadas, os territórios tem que ser respeitados. A cidadania tem que ser a partir do território e da cultura; o entorno é uma possibilidade...

Habitação (estímulo ao desenvolvimento de alternativas ao modelo arquitetônico, ao sistema de construção, de financiamento, etc, incorporando experiências bem sucedidas). Ainda em Habitação, discutir os edifícios populares e prédios antigos, enquanto obsolescências. Encaminhamentos de modelos de gestão e manutenção condominial.

Transporte público (discutir e buscar alternativas ao sistema convencional, sugestões minimizadoras de desconfortos, manutenção etc.).

Meio ambiente (incluindo saneamento básico – alternativas de captação e lançamento, deposição, etc e drenagem); focos alternativos de engajamento da população local, enquanto possibilidade de desalienação do trabalho ou da utopia do mercado informal;

d) Estímulo ao Orçamento Participativo – preparação para as discussões e discussão sobre os Impostos e Taxas, arrecadação, critérios e suas inversões;

e) Mapeamento das paisagens, (Zukin) tanto no sentido do construído como da representação coletiva criada. Orquestração das formas espaciais e práticas culturais;

f) Criação de mecanismos de Informação sobre as cidades, até para fundar as bases para novas representações das cidades e suas parcelas;

g) Discussão sobre o planejamento estratégico – os processos de enobrecimento e os de disneyficação...além do empresarialismo incompleto. E mais, a hiperindustrialização de serviços enxergar a cidade como ela é e não como é fragmentariamente representada; e,

h) Formação de quadros de gestão urbana.

Bibliografia

- ARANTES, Otília; Vainer, Carlos e Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos*. Petrópolis:Vozes, 2000.
- BATISTA Jr. Paulo Nogueira. *Mitos da “Globalização”*. Cadernos Temáticos, vol 4, Rio de Janeiro: SENGE-Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften* (GS) Band I, 3. Frankfurt M: Suhrkamp, 1980.
- _____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: Artes do Fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES, Edvânia. *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*, São Paulo: UNESP/Presidente Prudente, p.231-253. 2001.
- _____. *Espaço, Planejamento e Gestão dos Serviços Públicos - Uma abordagem geográfica na Região Metropolitana do Recife*. Recife: Dissertação de Mestrado, CFCH/UFPE, 1989.p.247
- LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península, 1969.
- MITSHCERLICH, Alexander. *Die Umwirllichkeit unsere Städte. Anstiftung zum Unfrieden*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag KG, 1965.
- SABELLI, Fabrizio. “L'éthique globalitaire et l'esprit du nouveau colonialisme.” In SABELLI, Fabrizio (org.) *Écologie contre nature*, Paris: PUF Cahiers de L'IUED, 1995.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel. 1987.
- _____. *Revista Capital*, “o futuro já chegou”, 14/10/1998, p.54-57
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 52-54.
- UCAR, D. *Semântica do Mapa*. In: *Revista de Geocartografia*, n. 16. São Paulo: USP/ FFLCH/Departamento de Geografia, 1997.
- WILLIAMS, Raymond, *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ZUKIN, Sharon. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*. In: Arantes, Antonio (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.